

A atuação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) em Florianópolis e o golpe civil-militar de 1964

Rafael Márcio Kretzer¹

rafakretzer@hotmail.com

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Este artigo procura ressaltar a participação da população civil de Florianópolis durante o golpe civil-militar de 1964. Para tanto, tivemos como foco de análise as mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Mais especificamente analisaremos o discurso moral contido na militância destas mulheres. Buscaremos, por meio de jornais, analisar os valores morais levantados como argumento pelas mulheres ou em torno das mulheres da CAMDE para justificar a dita “Revolução Militar”.

Palavras-chave: Mulheres, CAMDE, marcha, classe, família.

Abstract: This article aims to highlight the participation of Florianópolis civilians during the civil-military coup of 1964. Therefore, we had as focus of analysis the women of the Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). More specifically we analyze the moral discourse contained in the militancy of these women. We seek, through newspapers, analyze moral values as an argument raised by women or about women's CAMDE to justify the so-called "Military Revolution."

Keywords: Women, CAMDE, march, class, family.

Introdução

Atualmente passamos por momentos políticos conturbados, vemos a grande mídia dando sinais claros de sua parcialidade político-ideológica, bem como vemos milhares de brasileiros e brasileiras indo as ruas manifestar contra ou a favor do mandato da presidência da república. Para além das motivações de ambos os lados, chama-nos a atenção o discurso conservador contra aqueles que defendem o mandato da presidenta. São notadamente argumentos com base em discursos morais contra a corrupção, a sujeira, a roubalheira, os vermelhos, os comunistas, os militantes, as feministas, os LGBTs, etc. Uma porção de símbolos que seriam supostamente opostos aos interesses da Pátria, da liberdade, da ordem, do progresso.

¹ Graduando do curso de Licenciatura e Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina.



Impulsionados especificamente por este apelo político moral e conservador, que presenciamos no tempo presente, é que vamos a um passado histórico não muito distante buscar fatos que possam talvez lançar luz à conjuntura atual.

O objeto desta pesquisa são as mulheres da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), seção Santa Catarina. Mais especificamente buscaremos por meio de jornais da época (são eles: *O Estado* e *A Gazeta*) analisar de que forma o discurso moral dessas mulheres e usado por elas e pelas pessoas ao se redor para a promoção e depois a legitimação do golpe civil-militar de 1964 contra o governo democraticamente estabelecido de João Goulart².

A CAMDE era uma entidade de alcance nacional caracterizada pelo seu discurso eminentemente anticomunista, zelando pela democracia, pela família e pelos valores cristãos³. As atividades de maior visibilidade promovidas pela CAMDE eram a organização e promoção das Marchas da Família com Deus pela Liberdade ocorridas em várias cidades por todo o Brasil. Algumas Marchas ocorreram antes do golpe, preparando o caminho para o mesmo, é o caso da maior das marchas que ocorreu na cidade de São Paulo. Outras ocorreram após o golpe, com o papel de apoio moral à intervenção militar, é o caso da marcha que ocorreu em Florianópolis no dia 17 de abril de 1964.

A título introdutório começemos com uma breve contextualização histórica. Em 1 de abril de 1964 ocorreu no Brasil o golpe civil-militar que depôs o presidente da época, João Goulart, quem estava no exercício desde setembro de 1961. Goulart, mais conhecido como Jango, naquele momento gozava do apoio de movimentos populares tanto do campo quanto da cidade.

O historiador Daniel Aarão Reis Filho, em seu texto *O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*⁴, nos traz, embora de forma sintética um excelente panorama dos anos anteriores ao golpe. Desde a posse de Jango, em 1961, o Brasil passava por um momento político de acentuado protagonismo dos movimentos sociais, dotados de um

2 Importante ressaltar que não pretendemos aqui fazer qualquer comparação do governo atual com o de João Goulart, nem insinuar que estejamos sob um processo de golpe civil-militar (embora isso nunca esteja fora do horizonte de qualquer Estado moderno). As comparações aqui ficam unicamente ao propósito do discurso moral de ambas as épocas e, ainda assim, salvas as peculiaridades de cada momento histórico.

3 A CAMDE não era a única entidade cívica feminina, havia outras como a UCF e a CEC. Para saber mais, ver CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 3.

4 REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



programa político comum – as reformas de base: a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária, a reforma eleitoral, a reforma bancária, a reforma do estatuto do capital estrangeiro e a reforma universitária⁵. Segundo Aarão “o debate sobre o assunto empolgara a sociedade de tal modo, que, a partir de um certo momento, tornou-se difícil encontrar alguém, ou alguma força política, que sustentasse explicitamente que o país não precisava de reformas”⁶. Os movimentos radicalizavam-se, já se ouvia o *slogan*: “reforma agrária, na lei ou na marra”.

O historiador discorre ainda sobre as relações no plano internacional: a Revolução Cubana, que culminara na tomada do poder em 1959, assumia seu caráter socialista; a guerra dos EUA contra os comunistas vietnamitas na Indochina prosseguia a toda. O medo da radicalização tomava conta dos conservadores brasileiros, conspirações contra o governo de Goulart já corriam. A igreja católica dava sinais de resistência à desordem e a suposta “comunização” do país; a grande mídia apontava seu arsenal contra o governo; parte das forças armadas mal podiam se conter diante de tamanha desordem; junto a todos estes personagens, os empresários brasileiros aliados a empresários estrangeiros e ao departamento de estado norte-americano se reuniam entorno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), sobre o qual falaremos mais adiante, organizando-se contra o perigo de uma república popular.

Reis ainda comenta sobre uma classe média que diante do panorama caótico, se encontrava temerosa em sua posição “espremida e desconfortada entre as elites e as bases da pirâmide social”⁷, não fazia parte da primeira e tinha horror da segunda. Em um surto de medo, logo passaram a um conservadorismo ofensivo.

A partir de meados de 1962 os movimentos populares cresciam cada vez mais. Por um lado radicalizavam-se os movimentos pela reforma e do outro se agrupavam as forças conservadores. O congresso também era conservador e Jango até então encontrava-se confuso e inseguro. Foi só em março de 1964 que decidiu abertamente defender as reformas de base. Construiu uma agenda de comícios por todo Brasil a começar pela cidade do Rio de Janeiro. Data de 13 de março de 1964 o famoso Comício na Central do Brasil em que João Goulart e

5 Ibidem, p. 329.

6 Ibidem, p. 330.

7 Ibidem, p. 335.



outras notórias figuras políticas como Leonel Brizola e Miguel Arraes discursaram para mais de 250.000 pessoas, em sua grande maioria trabalhadoras e trabalhadores da base da pirâmide social. Segundo Reis aquela fora uma atmosfera eletrizante e radicalizada, o próprio presidente se exaltava não só com fala empolgada, mas puxava, lá mesmo, decretos e os assinava expropriando terras e refinarias particulares. Dava ali o sinal da radicalização à esquerda do seu governo⁸.

As forças contrárias neste tempo já haviam amadurecido. Em menos de uma semana após o comício acontecia nas ruas da cidade de São Paulo a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (organizada pela CAMDE) com mais de 500.000 participantes. E no dia 1 de abril de 1964 ocorre o golpe.

Voltando ao foco desta pesquisa. É bastante comum que se negligencie as manifestações de apoio e consentimento ao golpe civil-militar de 1964⁹. Quando não se ignora a participação civil, atribuindo unicamente aos militares a ação contra o governo, submete-se a participação civil à suposta manipulação da elite burguesa.

Buscamos neste artigo uma análise mais atenta à participação civil no golpe, focando nas atividades das mulheres da CAMDE atentando para os argumentos morais utilizados por estas, que como já mencionado apelavam para o anticomunismo, a defesa da democracia e a sua condição de mães, esposas e donas de casa.

A participação da elite empresarial, política e militar no golpe civil-militar de 1964

Para entender um pouco melhor a CAMDE, faz-se necessário um esclarecimento sobre a organização da burguesia, ou seja, das elites brasileiras, em torno do IPES. Inúmeros trabalhos, dentre eles o de Carlos Fico¹⁰ e o de René Dreifuss¹¹, demonstram as articulações da elite brasileira junto à elites estrangeiras e ao governo estadunidense contra o governo de Jango. O maior e mais acabado exemplo desta articulação é o Instituto de Pesquisas e Estudos

8 Ibidem, p. 340.

9 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 2.

10 FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

11 DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.



Sociais (IPES), fundado em 1961 por empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro. O instituto seria o que hoje conhecemos como organização não-governamental, essa instituição tinha como maiores financiadores as elites brasileiras, estrangeiras e o governo norte-americano de John Kennedy. Segundo Dreifuss os canais de atuação do IPES iam desde publicações, palestras, conferências de personalidades famosas, até jornais, rádio e televisão. O instituto também contava com numeroso grupo de escritores profissionais, jornalistas, artistas, peritos de mídia e publicidade. A lista de ferramentas utilizadas pela organização segue extensa¹².

Segundo Dreifuss o IPES “custeava, organizava e orientava politicamente as três organizações femininas mais importantes: a Campanha da Mulher pela Democracia – CAMDE, do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina – UCF, de São Paulo, e a Campanha para Educação Cívica – CEC.”

Sobre a participação desta instituição na organização da CAMDE em Santa Catarina não temos fontes suficientes, mas sendo esta uma entidade a nível nacional, supõe-se que obedeça a mesma lógica das suas articulações em outros estados. Além do mais, suas ações eram massivamente publicadas nos principais jornais de Florianópolis, que além de publicarem os chamados da CAMDE, exuberavam notícias e colunas de apelo anticomunista e em prol da ordem e da moral cristã. Dreifuss, como dito anteriormente, aponta para os estreitos contatos entre IPES e jornais, rádios e televisão. Não sendo absurdo, portanto, especular uma suposta ligação harmônica e cooperativa entre CAMDE (seção Santa Catarina), IPES e jornais¹³.

Chama a atenção também o fato de haver ocorrido reuniões da CAMDE de Santa Catarina na casa do governador da época. Em notícia no jornal *A Gazeta* encontramos o seguinte: “Conforme foi previamente anunciado, realizou-se no Palácio da Agrônômica, por iniciativa de dna. Edith Gama Ramos¹⁴, uma reunião da qual participaram senhoras dirigentes da CAMDE e senhoras de autoridades locais [...]”¹⁵. A reunião fora chamada no intuito de organizar e definir a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade em Florianópolis. Fica

12 Ibidem, p. 232.

13 Porém, para confirmarmos tais especulações haveríamos que acessar os arquivos do IPES, o que até então não foi possível para esta pesquisa.

14 Primeira dama do estado de Santa Catarina, esposa do governador Celso Ramos.

15 Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 11 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina



evidente aqui a proximidade entre as lideranças da CAMDE e as elites, sendo a própria primeira dama do estado uma integrante da direção.

Ainda sobre a participação empresarial em Santa Catarina nos movimentos de apoio à intervenção militar, Mariana Gonçalves de Azevedo, em seu trabalho de conclusão de curso sobre a *Marcha* em Florianópolis, nos traz informações sobre a Câmara dos Dirigentes Lojistas, a CDL:

[...] O sucesso para a realização da marcha contou com o apoio dos mais influentes setores da sociedade catarinense e florianopolitana. A Câmara dos Dirigentes Lojistas, a CDL, que reunia os representantes comerciais da cidade, dispensou todos seus funcionários às 16:30 horas para a participação livre e irrestrita da marcha, que começaria às 17:00 horas, assim como os funcionários das indústrias que também foram dispensados do trabalho a este horário, o que pode ter gerado a participação e acompanhamento da marcha por diversas pessoas que talvez nem soubessem o caráter que esta representava [...] ¹⁶.

Não podemos explicitar, para o caso de Florianópolis, o envolvimento entre CAMDE, IPES e empresários. Todavia a proximidade entre empresários, elites políticas e direção da CAMDE em Florianópolis, olhada sob a luz das articulações entre estes mesmos grupos nos casos paulista e carioca, temos bastantes motivos para especular. Janaina Cordeiro escreve, para o caso do Rio de Janeiro, que “muitos dos maridos das associadas da CAMDE eram empresários e/ou militares ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)”¹⁷.

Optamos por trazer estes fatores na organização pró-golpe, pois nos parece fundamental o fato de estarem juntas as elites políticas, os maiores jornais da cidade, e a associação de representantes do comércio e da indústria, a organizar tal campanha. Isto não pode ser considerado contingente.

Por outro lado, é bastante comum creditar a criação, organização e orientação ideológica da CAMDE aos homens que compunham o IPES, notadamente políticos,

16 AZEVEDO, Mariana Gonçalves de. *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis e sua influência na consolidação do golpe em 1964*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UFSC. Florianópolis, 2007. p. 33.

17 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 10.



empresários e militares. É verdade que a CAMDE e o IPES possuíam vínculos muito estreitos, todavia Cordeiro atenta para o seguinte ponto:

[...] é necessário que se compreenda a adesão de expressivos segmentos organizados da sociedade à causa do IPES partindo de um ponto de vista que não seja o dos próprios ipesianos. É preciso entender a participação social na mobilização que levou ao golpe de 1964 e ao consenso em torno do regime instaurado em seguida, a partir de um viés que não seja somente o da *manipulação* de uns por outros. Há que se analisar a adesão social ao regime tendo em vista a complexidade dos comportamentos coletivos, tendo em vista também, além da lógica material – importante para se compreender a mobilização das elites em torno do golpe –, a lógica simbólica que envolvia e organizava os valores que regiam o cotidiano dessas pessoas¹⁸.

A “lógica material” então consideremos já dimensionada, ainda que minimamente, nos parágrafos acima. Resta-nos agora atentar para a “lógica simbólica” que Cordeiro reivindica em seu artigo. A separação destas duas lógicas fica apenas a critério de análise, sendo importante ter em conta que estas duas dimensões estão sempre em exercício conjunto e indissociável, influenciando umas às outras. E é neste conjunto dinâmico que a ação pró golpe pôde sustentar o processo de intervenção militar e não unicamente o poder militar, ou as estratégias manipuladoras da burguesia.

A militância conservadora das mulheres da CAMDE e o apelo moral na legitimação do golpe

A fim de não nos submetermos a uma compreensão rasa sobre o assunto, seguindo os argumentos de Janaina Cordeiro e buscamos dar atenção ao potencial simbólico daquilo que defendiam as mulheres da CAMDE e do quanto aquilo significava para elas. Assim, refutamos a interpretação de que elas sejam apenas um braço feminino do IPES.

As mulheres da CAMDE, em sua atuação política, remetem-nos a pelo menos três elementos: “o anticomunismo exacerbado, a defesa do que elas chamavam de uma *democracia fortalecida* e o fato de se apresentarem publicamente como *mães, esposas e*

18 Ibidem, p. 13.



donas-de-casa, preocupadas com o futuro de suas famílias, como meio de legitimar suas atividades públicas”¹⁹.

A exemplo, no jornal *A Gazeta*, do dia 29 de março de 1964, Edith Gama Ramos, membro da direção da CAMDE em Santa Catarina, esposa do governador Celso Ramos, se dirige à mulher catarinense da seguinte forma:

Na qualidade de **esposa** do Governador do Estado e de **mãe cristã**, nesta hora de graves e angustiantes apreensões em nossa Pátria, humilde, mas também tranquila, percebo como meu dever dirigente à mulher catarinense, àquela que aqui nasceu e àquela que aqui vive e trabalha, para convidá-la a afirmar, na eloquência de atos públicos inteira e decidida **solidariedade aos sentimentos cívicos, democráticos e espirituais do Brasil em repulsa formal e frontal ao comunismo**²⁰.

É importante lembrar que cada um destes símbolos estão há muito tempo incrustados no imaginário brasileiro. No caso da religião e a família dispensamos maiores argumentos quanto a sua longevidade, para o anticomunismo cabe um esclarecimento.

Sobre o anticomunismo a nível global, Rodrigo Pato Sá Mota coloca que embora sentimentos anticomunistas já existissem no século XIX, eles tomam força no século XX com a chegada da Revolução Russa (1917) e se alastram e intensificam durante a Guerra Fria. No caso específico do Brasil, o anticomunismo aparece de forma tímida na década de 1920, também em resposta a Revolução Russa, e tem seu momento ápice nos seguintes períodos: entre 1935-37, com a “Intentona Comunista”²¹ ao Estado Novo; entre 1946-50, durante o início da Guerra Fria; e durante o período que culminou no golpe civil-militar de 1964²².

Para este último contexto, o qual tratamos, o anticomunismo não configura uma posição objetiva, mal se sabe o significado exato do termo, pois aqui isso não importa. Referenciando Mota, Janaina Cordeiro coloca que para os grupos anticomunistas que precedem o golpe, “o emprego de sua ideia de democracia não significa afirmar a participação

19 Ibidem, p.2.

20 Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 29 mar. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina. (grifo nosso).

21 *Intentona Comunista* é o nome pejorativo que se deu a revolta militar de inspiração comunista contra o governo Vargas em 1935.

22 MOTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.p. 21.



popular em contraposição ao autoritarismo comunista, mas opor a ordem à 'ameaça revolucionária'²³.

Neste anticomunismo se encontra não só a defesa da democracia constitucional, mas também a defesa da família e dos valores ocidentais, cristãos. Todos estes elementos, alguns concretos e outros simbólicos, estavam contidos na ideia de ordem, que por sua vez estava em oposição à 'ameaça revolucionária', encarnada neste caso na ideia de comunismo.

O aspecto cristão que envolve estes símbolos se faz bastante relevante, Aline Presot expõe em sua dissertação que as “representações em torno do comunismo elaboradas no meio católico estavam ligadas a temores como o fim da família, a permissividade sexual e moral, a desagregação de todos os valores cristãos e ocidentais, e com isso o fim da própria instituição católica”²⁴.

Para o caso de Florianópolis, observemos o seguinte exemplo. Na edição do dia 21 de abril de 1964 do jornal *A Gazeta*, encontra-se um artigo intitulado de *Milagre*:

No ano de 1917, na Rússia, explodiu a revolução comunista, que varreu de seu solo todo aquele que não comungou ou não se adaptou com o regime, bem como não deixou ali permanecer um só elemento de sangue real.

No mesmo ano, em Fátima, a Virgem Santíssima apareceu a três pastorinhos, em Aljustrel, e recomendou-lhe a recitação diária do terço, e que Lucia, a mais velha dos três, fôsse o instrumento de irradiação, no mundo, da devoção ao Seu Imaculado Coração.

Segundo as palavras da Santíssima Virgem, somente o terço poderia salvar o mundo dos flagelos que o ameaçavam. Ela se referia ao comunismo ateu e cruel, que acabava de escapar das mãos do satanáz. [...] ²⁵.

A interpretação do suposto milagre em parte fica por conta do jornal, mas à medida que este dialoga com o senso comum, não podemos atribuir o tom da conversa apenas ao locutor.

Vemos outro exemplo do aspecto religioso profundamente emaranhado nos valores reclamados em trono da democracia, família e anticomunismo, na fala do Monsenhor Agenor

23 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 6.

24 PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1996, p. 41-42.

25 Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 21 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.



Marques durante os discursos na Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis. A santidade falava que Deus “acolheu, protegeu e salvou os cristãos nas catacumbas romanas; assim foi e é, quando Ele sustem nesta Pátria querida a mão sacrílega e usurpadora do invasor ateu!”²⁶.

Fica evidente então a força imagética contida na militância destas mulheres. Cordeiro ressalta também quanto ao fato destas mulheres trazerem questões que usualmente são consideradas do âmbito doméstico, da esfera privada. Sobre o fato de se colocarem sempre como mães e esposas, e defenderem a família e a religião. Sobre este fato alegou-se muito entre os pesquisadores do tema que as mulheres da CAMDE, por estarem trazendo questões da esfera privada, não estariam agindo como cidadãs, ou seja, de forma política, pois a política estaria supostamente relegada à esfera pública. Logo, o fato destas mulheres estarem nas ruas, clamando pela derrubada de um governo, ou, no caso de Florianópolis, apoiando a derrubada (já ocorrida), se dava unicamente por meio da manipulação daqueles que de fato faziam política. No caso da CAMDE, argumentou-se em muitos estudos que estariam sendo manipuladas pelo IPES²⁷.

A relação estreita entre IPES e CAMDE é fundamental para o entendimento do nosso tema, além do financiamento e da participação conjunta na criação da CAMDE, os ipesianos promoviam cursos de formação de lideranças para estas mulheres, bem como forneciam livros, etc²⁸. Isso no entanto não significava necessariamente uma manipulação de uns por outros. Admitir isso, argumenta Cordeiro, seria corroborar com o próprio conservadorismo sobre o qual se faz a análise, seria admitir que o espaço público, da política, não é espaço para mulheres²⁹. A autora insiste que não podemos desvincular o mundo público do privado e vice-versa, o que seria inclusive uma incongruência ao analisar o Brasil, país que expressa em suas relações públicas e modelos de cidadania o patriarcalismo advindo da esfera privada.

26 Jornal *O Estado*, Florianópolis, 19 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

27 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista *Gênero*. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 14.

28 Exemplo dado por Cordeiro para o caso da relação IPES/CAMDE no Rio de Janeiro. Ver CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista *Gênero*. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p. 14.

29 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista *Gênero*. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. p.14



Para além disso é necessário olharmos pelo ponto de intersecção entre esfera pública e privada. O trabalho do IPES com a CAMDE não seria tão potente se para estas mulheres não pulsasse dentro de si a defesa apaixonada dos valores que defendiam. Isto faz delas não agentes passivos, mas militantes ativas, com autonomia. Muito embora esta autonomia se limitasse diante dos valores patriarcais. Mas esta era a sua escolha, eram militantes do conservadorismo.

Existe sempre uma atividade conjunta entre a autonomia individual e a pressão contextual, corremos sempre o risco de defasar a análise do objeto se dermos maior peso a um aspecto em detrimento do outro. A relação entre CAMDE e IPES seriam muito mais uma relação de troca do que uma relação de manipulação.

Sobrepondo a importância da atuação do IPES aos valores trazidos pelas mulheres da CAMDE, tirando seu status político e relegando suas ações ao âmbito privado ou reduzindo-as a condição de manipuladas, corremos o risco também de eclipsar o ponto em que justamente se encontra o maior potencial político desta entidade. Diante do senso comum não há nada mais justo para se reivindicar do que valores morais que supostamente nada tem que ver com política, uma vez que supostamente sejam valores a-históricos, acima de qualquer argumentação desfavorável. O senso comum, ao interpretar o brado daquelas mulheres como um clamor por valores que estão além da política (e este deve ser um equívoco apenas do senso comum e não dos pesquisadores) concede à ação daquelas mulheres um ar de sacralidade.

Ora, este tipo de apelo moral cai como uma luva a quem quer que queira justificar uma intervenção militar em um governo democraticamente eleito. Os militares da época não hesitaram em apelar para as “justas” e “sacras” reclamações das mulheres, buscando no seu discurso moral a justificativa (e por que não a autoilusão) para suas ações contra constitucionais³⁰.

Também no dia da Marcha, no discurso que representava as forças armadas, o Contra-Almirante Murilo Vasco do Vale, que “comandou o movimento revolucionário em Santa Catarina”³¹, dizia:

30 Ibidem, p. 23.

31 Palavras da professora Carolina Gallotti Kehrig, presidenta da CAMDE em Santa Catarina. Ver *Jornal A Gazeta*, Florianópolis, 23 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.



Mulheres do Brasil; em vós reconhecemos o maior cabedal das reservas morais de nossa Pátria. De vossos corações emana aquela energia, tenacidade, e altivez que vindo do fundo da alma conduz à prática do heroísmo, porque guiado pela consciência da causa justa, da convicção da certeza, fundado na fé cristã, leva ao sublime sacrifício em defesa da família, célula fundamental da sociedade democrática³².

Por fim, vale frisar que os valores morais contidos na militância das mulheres da CAMDE estavam longe de serem compartilhados unicamente pelas elites, eram profundamente arraigados no senso comum que abrangia todas as classes sociais da época. A militância à direita era uma opção bastante plausível para a população brasileira, não só para as elites. Pois a direita tratava de valores importantes no universo simbólico da sociedade³³.

Considerações finais

Não foi difícil encontrar em nossas fontes o discurso moralista o qual procurávamos, nem fugiu às nossas hipóteses o resultado encontrado em nosso material. Já o envolvimento direto da CAMDE de Santa Catarina com os setores empresariais e militares não pudemos comprovar por meio de fontes, uma vez que nos restringimos neste primeiro momento apenas a jornais da época.

Ao longo desta pesquisa percebemos o emaranhado de questões, de natureza subjetiva e objetiva, na esfera global, nacional e privada, a influenciar na análise das ações de um grupo específico de mulheres. O levantamento de fontes que fizemos e a revisão bibliográfica nos arremessaram diante da complexidade de questões que ainda nos falta levantar e apreciar com maior atenção.

Sobre as comparações entre o levantamento de valores morais na época com o que ocorre hoje nas manifestações contra o governo atual, obviamente que necessitamos de uma pesquisa mais aprofundada, não só do passado, mas também do que vem acontecendo hoje. O que podemos perceber é que valores como ordem, família, religião e anticomunismo estão

32 Jornal *O Estado*, Florianópolis, 19 abr. 1964 – Acervo: Biblioteca Pública de Santa Catarina.

33 CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis*: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista *Gênero*. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009. P. 17.



bastante arraigados em nossa sociedade e não são de fácil superação. Talvez não estejamos dando a devida dimensão a estas questões ao pensar os acontecimentos presentes. Os estudos que fizemos sobre a militância da CAMDE também nos ensinam para o tempo presente a atenção para qual deve estar sendo o papel das mídias e dos empresários. Cabe inclusive pensar o Brasil na perspectiva global.

Voltando ao passado, para nós fica a preocupação em apreender com muita preponderância as intersecções (de que já falava Janaina Cordeiro), o ponto nodal entre o macro e o micro, entre o público e o privado. Preocupa-nos se quando nos debruçamos diante das subjetividades individuais, não subestimamos, em algum descuido, as articulações objetivas. Preocupa-nos, ao fugir do reducionismo político-econômico, que não caiamos em um reducionismo subjetivista, culturalista. Este exercício de buscar a inter-relação constante, de influência recíproca entre todas as dimensões, é a habilidade que necessitamos na análise de qualquer momento histórico, do passado ao presente.

Referências

AZEVEDO, Mariana Gonçalves de. *A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em Florianópolis e sua influência na consolidação do golpe em 1964*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UFSC. Florianópolis, 2007.

BRANDÃO, Nágela Aparecida; DIAS, Edmundo Fernandes. *A questão da ideologia em Antonio Gramsci*. Trabalho e Educação. Belo Horizonte, v. 16 n. 2. p. 81-98, jan./jun., 2007.

CORDEIRO, Janaina Martins. *Femininas e formidáveis: o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE)*. Revista Gênero. Rio de Janeiro, v. 8 p. 175-208, 2009.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação brother Sam aos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.



A atuação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) em Florianópolis e o golpe civil-militar de 1964
– Rafael Márcio Kretzer

PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação de mestrado apresentada à UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Fontes

Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 1964 – Acervo da Biblioteca Estadual de Santa Catarina.

Jornal *O Estado*, Florianópolis, 1964 – Acervo da Biblioteca Estadual de Santa Catarina.

Recebido em 07 de julho de 2014

Aceito para a publicação em 24 de julho de 2014

